

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.406 - TO (2018/0298260-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : ADÃO PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Colmeia/TO, indeferiu o pleito de remição formulado pelo sentenciado, sob o fundamento de que os 933 (novecentos e trinta e três) dias trabalhados em diversas funções internas, atestado por certidões sem discriminação de dias, horários e atividades desenvolvidas, desprovidas até mesmo de data, está em contrassenso à legalidade, moralidade, informação e eficiência da atividade administrativa de fiscalização do cumprimento da pena e, portanto, desguarnecido de verossimilhança (fl. 30).

Interposto agravo em execução pela Defesa, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso. Eis a ementa do julgado (fls. 35/36):

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. IDONEIDADE DAS CERTIDÕES COMPROBATÓRIAS DE DIAS TRABALHADOS. DÚVIDAS FUNDADAS ACERCA DA VERACIDADE DA INFORMAÇÃO NELAS CONTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. *Causa estranheza o fato de, em uma única oportunidade, qual seja, na data de 09/11/2017, terem sido juntadas aos autos da execução penal 05 (cinco) declarações de dias trabalhados, sendo que 04 (quatro) delas não possuem data de emissão, contêm exatamente o mesmo texto (dando a clara impressão de terem sido produzidas em um único momento) e fazem referência aos anos de 2014, 2015 e 2016, isto é, atestam dias supostamente trabalhados em anos anteriores.*

2. *Outro detalhe que macula a credibilidade desses documentos é que, na única certidão datada (aliás, emitida no mesmo dia de sua juntada aos autos, 09/11/2017), consta que o apenado teria efetivamente trabalhado 8 horas por dia, 07 dias por semana, ou seja, em todos os dias dos meses de abril a outubro de 2017, sem qualquer descanso semanal. Além de essa característica traduzir dúvida na veracidade da informação ali contida, também aponta desrespeito à*

*regra imposta no art. 33 da Lei de Execução Penal, segundo a qual a jornada normal de trabalho do condenado à pena privativa de liberdade deverá respeitar o descanso nos domingos e feriados.*

*3. Por seu turno, o magistrado prolator da decisão não rejeitou peremptoriamente a possibilidade de remição dos dias trabalhados pelo agravante, tendo consignado que esse direito, "em sendo melhor angariado em documentos contundentes, pode ser reapreciado com bons olhos pelo 4. Agravo NÃO PROVIDO.*

Diante disso, a Defesa interpôs recurso especial alegando violação aos arts. 28, 37, 39, inciso V, 41, inciso II e 126, todos da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP).

Sustenta que embora tenha desenvolvido atividades laborais e constar na lista de presos que exercem atividade laborativa na unidade prisional de Colméia/TO, as instâncias ordinárias indeferiram a remição da pena do recorrente pelo trabalho realizado dentro do estabelecimento prisional, sob o fundamento de que não há supervisão necessária quanto à produção e horas trabalhadas.

Alega que *"as declarações e a certidão juntada no evento nº 71, deixam claro que o detento realiza trabalhos laborais (confeção de tapetes de barbantes, limpezas dos corredores, área de sol, limpezas externas como limpar o pátio, cuidar da horta, passar alimentação dos detentos), porém, devido a falta de estrutura do presídio (recursos humanos e do edifício) não há um controle intenso dos horários ou trabalho por parte do diretor do estabelecimento prisional"* (fl. 49).

Aduz, por fim, que *"a decisão do TJTO não trouxe elementos idôneos para justificar indeferimento da remição, e não se revela justa e equânime, uma vez que o trabalho artesanal realizado pelo recorrente, era aceito pelo Poder Judiciário, e não houve mudança na estrutura do presídio que justificasse tal indeferimento"* (fl. 50).

Requer seja conhecido e provido o recurso especial para reformar o acórdão impugnado e reconhecer a remissão da pena pelo trabalho realizado pelo recorrente dentro do Estabelecimento Prisional local.

Contrarrazões às fls. 54/57.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial em razão da necessidade de se reexaminar matéria fático probatória, incidindo o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ (fls. 59/60).

No presente agravo em recurso especial, a defesa impugnou o fundamento da decisão agravada (fls. 63/67).

Contraminuta às fls. 69/71.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo, com a manutenção da decisão que não admitiu o recurso especial (fls. 81/84).

É o relatório.

Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial.

O voto condutor assim se posicionou quanto à controvérsia, no que importa, *verbis* (fls. 30/36):

*Chamo à baila, primeiramente, a decisão agravada que foi proferida nos seguintes termos (evento 78 do processo nº 0000372-06.2015.827.2714):*

*[...]*

De fato faz juz o reeducando à sistemática da remição da pena, porquanto entendem os pátrios tribunais, em respeito aos principais objetivos da LEP e princípios fundamentais da Carta Magna de 1988, em que visam alcançar o êxito no caráter ressocializador do preso de modo a incentivar, assim, a produtividade e a responsabilidade, evitando o ócio no estabelecimento prisional.

Contudo, o pedido encartado ao evento 71, descreve 933 (novecentos e trinta e três) dias trabalhados em diversas funções internas, atestado por certidões sem discriminação de dias, horários e atividades desenvolvidas, e ainda, desprovidas até mesmo de data. É certo que o pedido está em contrassenso à legalidade, moralidade, informação e eficiência da atividade administrativa de fiscalização do cumprimento da pena e, portanto, **desguarnecido de verossimilhança**.

Neste azo, o pedido de remição em comento não merece guarida, todavia, cabe sobrelevar que, em sendo melhor angariado em documentos contundentes, pode ser reapreciado com bons olhos pelo Juízo.

Destarte, os dias trabalhados devem ocorrer com a supervisão minimamente necessária para relatar à produção, o trabalho de manutenção do cárcere ou o

estudo, em dias e/ou horas trabalhadas. Assim, deve a administração do cárcere, mensalmente, remeter o relatório do controle ao Juízo da Execução Penal, conforme determina o artigo 129 da LEP.

DISPOSITIVO Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de remição, em razão do acima exposto, com fulcro no art. 32, §1º c/c art. 129, ambos da LEP.

*Sob minha ótica, tem razão o magistrado prolator do decisum recorrido. Explico: causa estranheza o fato de, em uma única oportunidade, qual seja, na data de 09/11/2017, terem sido juntadas aos autos da execução penal 05 (cinco) declarações de dias trabalhados, sendo que 04 (quatro) delas não possuem data de emissão e fazem referência aos anos de 2014, 2015 e 2016, isto é, atestam dias supostamente trabalhados em anos anteriores (evento 71, DECL2, do processo de origem).*

*Importante mencionar que tais declarações, além de não terem data de emissão, contêm exatamente o mesmo texto, dando a clara impressão de terem sido produzidas em um único momento.*

*Outrossim, outro fato que macula a credibilidade desses documentos é que, na única certidão datada (aliás, emitida no mesmo dia de sua juntada aos autos, 09/11/2017), consta que o apenado teria efetivamente trabalhado 8 horas por dia, 07 dias por semana, ou seja, em todos os dias dos meses de abril a outubro de 2017, sem qualquer descanso semanal (...).*

*[...]*

*Ora, além de essa característica traduzir dúvida na veracidade da informação ali contida, também aponta desrespeito à regra imposta no art. 33 da Lei de Execução Penal, segundo a qual a jornada normal de trabalho do condenado à pena privativa de liberdade deverá respeitar o descanso nos domingos e feriados.*

*Por seu turno, destaco que o magistrado prolator da decisão não rejeitou peremptoriamente a possibilidade de remição dos dias trabalhados pelo agravante, tendo consignado que esse direito, **Com base nessas premissas, tenho, assim como o Juiz de origem os elementos, que carecem de idoneidade as certidões contidas no evento 71 dos autos da execução penal, pertinentes à comprovação dos dias e horas de trabalho pelo reeducando ADÃO PEREIRA DOS SANTOS.***

Da leitura dos trechos acima transcritos, verifica-se que o Tribunal de origem, soberano na análise das provas, entendeu que as certidões pertinentes à comprovação dos dias e horas de trabalho pelo reeducando carecem de idoneidade, pois desguarnecidas de verossimilhança, razão pela qual indeferiu o pleito de remição formulado pelo sentenciado. Assim, para rever esse entendimento seria inevitável o revolvimento fático-probatório dos autos, procedimento sabidamente inviável na

instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, verbis: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Nesse sentido, são os precedentes:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ART. 121, §2º, I E IV DO CP. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA COMPROVADOS. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO. RÉU QUE SE ENCONTRA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. NECESSIDADE DE GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ERRO DE ENDEREÇAMENTO DA INTIMAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚM 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

[...]

*3. Quanto à alegação de que o réu não foi intimado no endereço informado, porque houve equívoco por parte da serventia, o exame dessa questão demandaria necessariamente o revolvimento dos elementos fáticos e probatórios dos autos, providência inviável nesta sede especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 1373879/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 22/11/2018).*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. OFENSA. INEXISTÊNCIA. ADULTERAÇÃO DE SUBSTÂNCIA MEDICINAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. REITERAÇÃO. PEDIDO PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO QUANTO À DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. ABSOLVIÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*

[...]

*7. A materialidade e a autoria foram detalhadas e extensivamente analisadas pelas instâncias ordinárias, que, por serem soberanas na análise das provas amealhadas aos autos, concluíram que o ora agravante praticou o delito descrito no art. 273 do CP. É inviável infirmar tal conclusão sem o efetivo revolvimento do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice prescrito pela Súmula n. 7/STJ.*

*8. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 291.284/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 03/05/2019).*

Ante o exposto, admito o agravo em recurso especial e, com fundamento no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

